



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

### MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

<b>Data</b>	03/07/2023
<b>Horário</b>	14h30 às 16h
<b>Local</b>	Sala de Videoconferências - 1º andar - Ed. Ministros I
<b>Responsável pelo registro</b>	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria (Coordenadora de Planejamento Estratégico)
<b>Participantes</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sérgio Pedreira (Diretor-Geral)</li><li>2. Carl Olav (Secretário-Geral da Presidência)</li><li>3. Maria Paula Cassone (Juíza Auxiliar da Presidência)</li><li>4. Cristina Petcov (Chefe de Gabinete da Ministra Maria Thereza)</li><li>5. Vera Lúcia França (Chefe de Gabinete do GSE)</li><li>6. Luiz Otávio Moura (Assessor do GSP)</li><li>7. Sueli Cristina (Chefe de Gabinete do GDGI)</li><li>8. Daniella Gonçalves (Assessora do GDG)</li><li>9. Raquel Mizuno (Assessora do GDG)</li><li>10. Roberto Petruff (Assessor-Chefe da ACD)</li><li>11. Luiz Fernando (Assessor-Chefe da AJU)</li><li>12. Lener Taplion (Assessor-Chefe da AEC)</li><li>13. Cristiano Nascimento (Assessor-Chefe Substituto da AGS)</li><li>14. Elaine Nóbrega (Assessora-Chefe da AGE)</li><li>15. Wallace Duarte (Coordenador Substituto da ACIN)</li><li>16. Josiane Cury (Secretária da SED)</li><li>17. Alessandra Teixeira (Secretária da SAD)</li><li>18. Solange Rossi (Secretária da SGP)</li><li>19. Paulo Lenzi (Secretário da SIS)</li><li>20. Humberto Pradera (Secretário da STI)</li><li>21. Denisse Dias (Secretária da SPJ)</li><li>22. Fabiana Bittes (Secretária da SOF)</li><li>23. Mariana Camargo (Diretora do CEFOR)</li><li>24. Juliana de Paula (Assessora-Chefe da ASM)</li><li>25. Lúcia Helena (Assessora-Chefe da ACE)</li><li>26. Douglas Araújo (Assessor da ASP)</li><li>27. Karima Kassab (Assessora-Chefe da ARI)</li><li>28. Daniel Castro (Assessor-Chefe da AIA)</li><li>29. Marcelo Ornellas (Assessor-Chefe do Nugepnac)</li><li>30. Natália de Mattos (Secretária da SCO)</li><li>31. Antonio Augusto Gentil (Secretário da SJD)</li><li>32. Rubens Cesar (Secretário da SPF)</li><li>33. Bárbara Brito (Secretária da SJR)</li><li>34. Vânia Maria (Assessora-Chefe da AJC)</li><li>35. Tiago Irber (Assessor-Chefe Substituto da ARP)</li><li>36. Ana Paula Santana (Secretária Substituta da AUD)</li><li>37. Valéria Guimarães (Ouvidora Auxiliar)</li></ol> <p>Oliomar Rezende de Castro (Coordenador de Processamento de Feitos de Direto Penal)</p>

## 2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Deliberar sobre a situação do Plano Estratégico STJ 2021-2026 no primeiro quadrimestre de 2023.

## 3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Situação das pendências registradas nas RAE n. 5, realizada em 15/2/2023, conforme Processo SEI/STJ n. 001628/2020.

Ação	Responsável	Situação
1. Suspender o <b>indicador</b> “imagem do STJ” até que os resultados da nova pesquisa sejam analisados.	OUV e CPES	Realizado (Publicado na versão 5.0 do Plano STJ 21-26.)
2. Avaliar a possibilidade de inclusão do <b>projeto</b> “Humaniza STJ” no portfólio estratégico após publicação da respectiva norma.	AGE e GSP	Realizado (Acompanhamento do Humaniza como colegiado.)
3. Incluir <b>projeto</b> STJ nas escolas no portfólio estratégico.	AGE	Realizado (Portaria STJ n. 192/2023.)
4. Alterar para 15.500 a meta anual do <b>indicador</b> “pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania”, com a inclusão do novo projeto “STJ nas Escolas”.	CPES	Realizado (Publicado na versão 5.0 do Plano STJ 21-26.)
5. Alterar a meta anual do <b>indicador</b> “redução do acervo” para reduzir acervo em 1% ao ano, em relação ao resultado de dezembro do ano anterior.	CPES	Realizado (Publicado na versão 5.0 do Plano STJ 21-26.)
6. Excluir o <b>indicador</b> “controvérsias criadas” e propor nova métrica para a prevenção de litígios.	Nugepnac e CPES	Realizado (Publicado na versão 5.0 do Plano STJ 21-26.)
7. Rever escopo e cronograma do <b>projeto</b> “redução de demandas” com vistas a abarcar o Athos Tribunais, com gestão conjunta entre SJD, Nugepnac e AIA.	SJD, Nugepnac, AIA e CPES	Realizado (TA do projeto atualizado -processo 028539/2020.)
8. Incluir no Plano Estratégico STJ 2021-2026 o novo <b>indicador</b> “desjudicialização”, proposto pela SJD.	SJD e CPES	Realizado (Publicado na versão 5.0 do Plano STJ 21-26.)
9. Estudar <b>indicadores</b> propostos para a prevenção de litígios: percentual de processos em nível nacional que chegam ao STJ (indicador global) e os tribunais de origem que não seguem a jurisprudência do Tribunal (indicador específico).	SJD, Nugepnac e AGE	Realizado (Decidiu-se por manter o objetivo estratégico e o indicador de “desjudicialização”.)
10. Cancelar o <b>projeto</b> “criação do NAC”, que estava suspenso, devido à dependência de ações do CNJ.	CPES	Realizado (Processo 028541/2020.)
11. Pautar em reunião do comitê de representantes de gabinetes de ministros o levantamento de <b>projetos</b> para cumprimento dos objetivos “prevenir litígios” e “priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa” ou a unificação destes com outros objetivos estratégicos do STJ.	GDG e AGE	Realizado (Assunto tratado nas reuniões de março e abril/2023.)
12. Alterar a meta do <b>indicador</b> “governança no STJ” para 80% em 2023.	CPES	Realizado (Publicado na versão 5.0 do Plano STJ 21-26.)
13. Estudar o <b>indicador</b> “cursos com instrutoria interna” para avaliar a pertinência de sua manutenção no portfólio ou a possibilidade de alteração da meta.	CEFOP e CPES	Realizado (Tratado no processo 23514/2021.)
14. Estudar a possibilidade de aumento da meta do <b>indicador</b> “execução do PCAq”, tendo em vista os resultados muito superiores à meta em 2022, considerando também a nova lei de licitações.	SAD e CPES	Realizado (SAD propôs ajustes na meta – 23555/2021.)

<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Situação</b>
15. Dialogar com as unidades para tentar reduzir ainda mais as impressões e assim manter a meta do <b>indicador</b> “aderência às metas do PLS”.	AGS e GDG	Realizado (AGS informou que ação foi concluída.)
16. Avaliar a adoção de política semelhante à do Banco do Brasil, onde ao solicitar uma impressão a máquina já avisa o valor e, se for trabalho particular, o servidor será cobrado.	AGS, AJU e STI	Realizado (Não foi considerado viável.)
17. Adotar providências necessárias à mensuração do <b>indicador</b> “ocorrências de segurança”, que ficou sem dados no 2º e 3º quadrimestres de 2022.	SSE	Realizado (SPJ propôs ajustes no indicador – 23547/2021.)
18. Estudar a proposta de novos <b>indicadores</b> sobre a transformação digital: pontuação do critério dados e tecnologia do Prêmio CNJ de Qualidade (conforme regulamento anual) e carta de serviços do STJ + Pesquisa PTD (onde é possível evoluir).	AGE, STI, AIA	Realizado (Não foram identificados novos serviços a digitalizar – Doc. STJ/SEI n. 3483694.)
19. Estudar a proposta de mudança de meta do <b>indicador</b> “satisfação dos usuários de TIC” de 80% para 90%, devido aos resultados mensais apurados em 2022.	STI	Realizado (Proposta aceita; Processo 023557/2021)

#### **4. ATA**

##### **4.1. Abertura da reunião/Sensibilização para a gestão estratégica**

Dr. Sérgio (ST) abriu a reunião e deu as boas-vindas a todos os presentes. Passou a palavra para a Dra. Elaine (AGE), que por sua vez explicou que o foco principal do encontro era a apresentação e deliberação sobre os resultados do Plano Estratégico do STJ no primeiro quadrimestre de 2023.

##### **4.2. Sensibilização para a gestão estratégica**

Na sequência, a Dra. Elaine (AGE) comentou que todas as ações definidas na reunião anterior haviam sido realizadas e passou o vídeo da missão do Tribunal para o colegiado, agradecendo o apoio da SCO na sua elaboração e divulgação nas sessões de julgamento do Tribunal.

##### **4.3. Movimentação processual no período**

A Dra. Elaine (AGE) apresentou o panorama geral da movimentação processual no STJ ao final do mês de junho/2023, de acordo com os dados constantes dos [slides da reunião](#), e comentou sobre o [painel BI](#), disponível na intranet.

##### **4.4. Situação geral do Plano STJ 2021-2026**

Em seguida, a Dra. Elaine (AGE) apresentou o novo painel BI de [Resultados Estratégicos](#), também disponível na intranet, nesta [página](#). Mostrou o resultado geral do mapa estratégico, 94,6%, referente ao período de janeiro a abril de 2023 e ressaltou que o objetivo “priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa” foi o único que ficou em situação crítica no primeiro quadrimestre do ano.

##### **4.5. Situação dos objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas no período**

Navegando pelo citado painel BI, a Dra. Elaine (AGE) apresentou os resultados de todos os indicadores e projetos estratégicos no período, agrupados por objetivo estratégico, e ainda mostrou o radar relativo ao resultado do alinhamento estratégico. Na sequência, passou para os itens da pauta que necessitavam de deliberação dos presentes.

#### **SOCIEDADE**

Em relação ao objetivo “**Promover a cidadania**”, a Dra. Elaine (AGE) comentou sobre a proposta para o indicador “**peças beneficiadas pelas ações de cidadania**”, de aumentar a meta do EJA de 45 para 50 beneficiados. O Dr. Cristiano (AGS) confirmou que esse indicador é composto pelos matriculados no EJA e Inclusão Digital, atualmente suspensa, mas que a unidade verificou que a meta poderia ser ampliada. Aproveitou para falar sobre os recentes cursos de secretariado e nivelamento de alfabetização que poderão compor o indicador futuramente e citou o início das atividades da iniciativa estratégica “**STJ + Inclusão**”, que

está sendo realizado no horário do almoço, sempre com duas palestras e programação planejada até dezembro deste ano. Colocada em votação pelo Dr. Sérgio (DG), a proposta foi aprovada por unanimidade.

No que se refere ao objetivo “**Fortalecer a imagem e a transparência institucional**”, a Dra. Elaine (AGE) citou as dificuldades enfrentadas em relação ao indicador “satisfação com os serviços do STJ”, que apresentou bom resultado, porém com poucas respostas, levando algumas unidades a querer suspender as pesquisas. Comentou ainda sobre a proposta da Ouvidoria de suspender 3 iniciativas estratégicas. Passou a palavra para a Dra. Valéria (OUV) que falou sobre a drástica redução dos respondentes da pesquisa de satisfação dos serviços prestados pelo STJ desde o início da pandemia e explicou que há um projeto para rever esse procedimento, “pesquisa de satisfação 5.0”, entretanto, ele encontra-se suspenso pela falta de equipe na Ouvidoria para assumir suas tratativas. Acrescentou que mais dois projetos estavam suspensos pelo mesmo motivo: “experiência do usuário nos portais da transparência e de dados abertos” e “linguagem cidadã no STJ”.

A Dra. Elaine (AGE) comentou sobre sua preocupação com o problema apresentado tendo em vista a importância do referido indicador para o Tribunal, já que ele é uma referência há muitos anos sobre o nível de satisfação do nosso jurisdicionado, e já propiciou várias melhorias nos serviços oferecidos pelo STJ. Dr. Sérgio (DG) solicitou à Dra. Solange (SGP) a lotação de um servidor na Ouvidoria, com perfil condizente, o que será possível atender a partir de 3 de agosto, conforme informado pela Secretária de Gestão de Pessoas, após a posse de novos servidores. Diante do exposto, foi solicitado que os 3 projetos da Ouvidoria não fossem suspensos, mas apenas aguardassem o reforço na força de trabalho da unidade para serem retomados.

### **PROCESSOS INTERNOS**

Em relação ao objetivo “**Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**”, a Dra. Elaine (AGE) explicou que o indicador “recorribilidade interna” estava em situação crítica, tendo atingido um resultado 33% frente uma meta de 27%, e que o indicador “redução do acervo” estava em situação aceitável, tendendo ao não cumprimento ao final do ano, se o ritmo se mantivesse. Acrescentou que o aumento da demanda de processos que chegam ao Tribunal impactou nesses resultados. O Sr. Augusto (SJD) ratificou a fala da Assessora-Chefe de Gestão Estratégica e frisou que a capacidade produtiva da Secretaria já está no seu limiar, o que pode ser um problema no segundo semestre do ano. O Dr. Rubens (SPF) questionou a manutenção do indicador de recorribilidade interna no plano estratégico do Tribunal, visto que não há controle interno sobre ele. Dra. Elaine (AGE) explicou que o indicador funciona como uma espécie de sinalizador, em conjunto com o indicador de “reforma interna”, para que se possa atuar de alguma forma nos seus impactos para esta Corte. A Dra. Mariana (CEFOP) disse que se trata de uma importante informação e que, caso não seja mais monitorada como um indicador estratégico, deveria continuar sendo acompanhado de alguma forma, pois não se pode perder o dado. Dra. Elaine (AGE) comentou que, de qualquer forma, a recorribilidade é tratada no escopo do Justiça em Números. Foi então sugerida e acatada a retirada do indicador “recorribilidade interna” do Plano STJ 2021-2026 o que foi aprovado pelo colegiado.

A Dra. Maria Paula (GSP) apresentou brevemente o novo projeto estratégico “base de óbitos em processos judiciais”, que prevê o cruzamento de dados de processos com parte falecida, a partir de apoio de IA. Comentou que há um acordo de cooperação com a Receita Federal que também está ajudando nessa tarefa. Por fim, mencionou que o Gabinete do Ministro Joel Paciornik foi escolhido como piloto, tendo sido identificado 0,5% de processos com falecidos.

Relativamente ao objetivo “**Aprimorar a Governança Institucional**”, Dra. Elaine (AGE) explicou que o TCU indicou que não deve realizar o levantamento para o indicador “governança no STJ” este ano, mas que ele será medido internamente, de qualquer forma, e que a revisão das práticas do questionário já está em andamento. Falou sobre algumas tratativas em andamento no escopo do projeto “praticando a governança no STJ”, as quais devem impactar de forma positiva no resultado do indicador afim em 2023. Dr. Sérgio (DG) perguntou se a informação do TCU era oficial e as representantes da AGE e da AUD informaram que não receberam comunicado oficial sobre a não mensuração por parte daquele tribunal este ano.

Dra. Elaine (AGE) comentou também sobre a iniciativas “sistema de recebimento e tratamento de denúncias”, projeto vinculado ao objetivo estratégico de governança e que se encontra em situação crítica, também por insuficiência de equipe na Ouvidoria. A Dra. Valéria (OUV) comentou que este projeto não foi suspenso e, pelo contrário, tem sido prioritário na unidade, aguardando a composição de colegiado específico para tratar do tema. Questionada pelo DG sobre a necessidade de desenvolvimento de sistema para o projeto, disse que o escopo é a definição de um arcabouço, que não precisará de sistema. Dr. Rubens (SPF) demonstrou preocupação com a denúncia anônima. Dr. Carl (GSP) disse que na PGR não

tramitam denúncias anônimas. Dra. Maria Paula (GSP) acrescentou que em evento recente do qual participou ativamente no CNJ, não houve nenhuma sugestão normativa que permita a denúncia anônima, conforme Resolução CNJ n. 351/2020, que instituiu, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

## **PESSOAS E RECURSOS**

Com relação ao objetivo “**Valorizar as pessoas**”, a Dra. Elaine (AGE) explicou que em RAE anterior foi proposto estudo para revisão da meta do indicador “ cursos com instrutoria interna ” e que, diante disso, o CEFOR propôs alteração da meta de 60% para 45%. A Dra. Mariana (CEFOR) complementou que a mudança permite inovações na área de capacitação, novos conhecimentos, sem deixar de valorizar os servidores. Ao ser questionada pelo Dr. Sérgio (DG) sobre porque 45 e não 50%, ela explicou que o percentual foi embasado em estudos feitos pelo CEFOR, os quais se encontram no processo n. 023514/2021. O Dr. Luiz Otávio (GSP) perguntou se a nova meta era só para este momento, ou se seria algo mais perene, baseado, por exemplo, em benchmarking com outros órgãos. Dra. Mariana (CEFOR) respondeu dizendo que nos estudos realizados pelo CEFOR para proposição da meta de 45% já haviam sido realizados *benchmarking* com outros órgãos e que muitos deles se utilizam de cursos compartilhados. Aberta à discussão pelo Dr. Sérgio (DG), a proposta de alteração da meta foi acatada pelos participantes da reunião.

No que diz respeito ao indicador “saúde preventiva”, Dra. Elaine explicou que a SIS propôs ajuste na meta de 1460 para 4140 pessoas atendidas anualmente, devido principalmente à inclusão das campanhas “sorriso saudável” e de vacinação. Dr. Paulo (SIS) disse que a SIS é uma área de apoio ao Tribunal e que essas campanhas são muito abrangentes e precisam ser monitoradas. Dr. Rubens (SPF) perguntou sobre a campanha de doação de sangue por meio de estrutura móvel do hemocentro, como já foi realizado anteriormente. Dra. Natália (SCO) comentou que no STF há uma caravana para doação de sangue, com ônibus saindo do Tribunal com os doadores, o que seria uma outra opção. Dra. Denisse (SPJ) disse que o hemocentro possui toda a estrutura móvel, não sendo necessária a caravana. Dr. Paulo (SIS) agradeceu as sugestões e disse que a Secretaria irá estudá-las com atenção.

Para o objetivo “**Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira**”, Dra. Elaine (AGE) explicou que foi proposta a alteração da meta do indicador de “execução do PCAq” de 50% para 60% em 2023, evoluindo para 75% até 2026. Entretanto, Dr. Sérgio (DG) comentou sobre as dificuldades com a nova lei de licitações e passou a palavra para a Dra. Alessandra (SAD) que, por sua vez, disse que está sendo mais complicada a adequação da nova lei do que esperavam e que o percentual de realização das 380 demandas do PCAq para este ano é muito baixo ainda. Completou dizendo que, mesmo assim, o STJ ainda é referência para outros órgãos no assunto. Como a nova lei está exigindo muito da equipe da SAD, sugeriu não aumentar a meta no momento. Diante do exposto, Dr. Sérgio (DG) sugeriu a manutenção da meta de 50% para 2023, com revisão a posteriori, o que foi acatado pelos presentes.

Dra. Elaine (AGE) apresentou para deliberação no objetivo “**Intensificar o Uso de Tecnologias da Informação**” a proposta de aumento da meta do indicador “satisfação dos usuários de TIC”, de 80 para 90%, conforme estudos internos realizados pela STI. Dr. Humberto (STI) disse que a ideia é manter a qualidade do atendimento e, como o resultado está bem acima dos 80% nos últimos tempos, a proposta é viável. Colocada em votação, a alteração foi aprovada por todos.

### **4.6. Situação das metas nacionais**

Em seguida, Dra. Elaine (AGE) apresentou um quadro com a situação atual das metas nacionais, comparadas ao resultado de 2022, com a tendência de resultado ao final do ano, reforçando que este é o principal desafio para melhoria do desempenho do Tribunal no momento. Comentou que poucos gabinetes concentram a maior parte do acervo das metas e que são necessárias ações pontuais. Dra. Maria Paula (GSP) acrescentou que estão pensando em ações específicas junto aos chefes desses gabinetes. Dr. Rubens (SPF) falou que a tendência é de piora dessa situação se não for feito nada. Dra. Ana Paula (AUD) disse que na análise das contas do Tribunal a Secretaria observou uma baixa gradativa no cumprimento das metas nacionais nos últimos anos. Dra. Juliana (ASM) sugeriu o uso de uma força tarefa para melhorar o cumprimento das metas nacionais.

Por fim, a Dra. Elaine (AGE), mostrou o painel BI [Central das metas nacionais](#) e comentou que ele já foi disponibilizado na intranet para consulta pelos gabinetes e demais interessados, tratando-se de ferramenta que também deve auxiliar nos resultados.

### **4.7. Alinhamento estratégico**

Dra. Elaine (AGE) parabenizou as 3 unidades que mais se destacaram no resultado do alinhamento no primeiro quadrimestre de 2023, a saber: SPF, ACIN e SAD.

#### 4.8. Outros assuntos

Dra. Elaine (AGE) falou sobre a palestra realizada no Tribunal com a presença da Conselheira do CNJ Dra. Salise Sanchotene e a Dra. Jéssica Moreira, representante do IRIS, laboratório de Inovação do Ceará, e disse que o link ainda está ativo para o envio de problemas para estudo pelo LIODS. Na sequência, apresentou aos presentes o cronograma da segunda edição do Prêmio InovaSTJ, proposto pela comissão do LIODS, que será a comissão julgadora desta vez.

Explicou ainda que o trabalho de reestruturação dos colegiados do Tribunal continua a pleno vapor e que algo em torno de 390 normativos devem ser revogados. Apresentou um protótipo do aplicativo para a governança dos colegiados e explicou em breves palavras o seu funcionamento.

Dr. Rubens (SPF) perguntou sobre a sugestão de aquisição de calendários do Tribunal por qualquer interessado, por ocasião dos 35 anos do STJ. Dr. Carl (GSP) respondeu que a AGS já está trabalhando em um normativo específico e, não só para o calendário, mas para os vários produtos que estão sendo pensados para as comemorações, como por exemplo, canecas, pins etc. Dra. Natália (SCO) pediu para que a SCO seja informada da estimativa de aumento da impressão dos calendários para que possa se organizar com antecedência.

Dr. Sérgio (DG) agradeceu à AGE e à Dra. Maria Paula pela condução da RAE e declarou encerrada a reunião.

#### 5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
1. Alterar a meta do EJA de 45 para 50 beneficiados.	AGS/CPES	Próxima RAE
2. Manter ativos os projetos da Ouvidoria, com retomada em agosto de 2023.	OUV/CPES	Agosto 2023
3. Lotar um servidor na Ouvidoria.	SGP	Agosto 2023
4. Retirar o indicador "recorribilidade interna" do Plano STJ 2021-2026.	CPES	Próxima RAE
5. Alterar a meta do indicador "cursos com instrutoria interna" de 60 para 45%.	CEFOR/CPES	Próxima RAE
6. Alterar a meta de "saúde preventiva" de 1460 p/ 4140 pessoas atendidas ao ano.	SIS/CPES	Próxima RAE
7. Manter a meta de "execução do PCAq" em 50%.	SAD/ CPES	Próxima RAE
8. Alterar a meta de "satisfação dos usuários de TIC", de 80 para 90%.	STI/CPES	Próxima RAE
9. Estudar a possibilidade de campanha de doação de sangue em parceria com o Hemocentro.	SIS	Próxima RAE



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria**, **Coordenador de Planejamento Estratégico**, em 10/07/2023, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira**, **Secretário de Administração**, em 10/07/2023, às 12:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Camargo Rocha, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 10/07/2023, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 10/07/2023, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Cassone Rossi, Juiz Auxiliar no STJ**, em 10/07/2023, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Simões de Araújo, Assessor "B"**, em 10/07/2023, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 10/07/2023, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Oliomar Rezende de Castro, Coordenador de Processamento de Feitos de Direito Penal**, em 10/07/2023, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Borges de Moura, Assessor "A"**, em 10/07/2023, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano de Sousa Nascimento, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 10/07/2023, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Veloso Mizuno Catelli, Assessor "A"**, em 10/07/2023, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Petruff, Assessor-Chefe**, em 10/07/2023, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia França da Silva Colombelli, Chefe de Gabinete**, em 10/07/2023, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 10/07/2023, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Paula Lima Pacheco, Assessor-Chefe**, em 10/07/2023, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 10/07/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Ferraz Guimarães, Ouvidor Auxiliar**, em 10/07/2023, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Maria Soares Rocha, Assessor-Chefe**, em 10/07/2023, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Assessor-Chefe**, em 10/07/2023, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Gonçalves Cabeceira, Assessor "B"**, em 10/07/2023, às 19:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Solange da Costa Rossi, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 10/07/2023, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fontoura Pradera, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 11/07/2023, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Lenzi, Secretário de Serviços Integrados de Saúde**, em 11/07/2023, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Castro Machado Miranda, Assessor-Chefe**, em 12/07/2023, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carl Olav Smith, Secretário-Geral da Presidência**, em 13/07/2023, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wallace Gadêlha Duarte, Técnico Judiciário, Área Administrativa**, em 14/07/2023, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ornellas Marchiori, Assessor-Chefe**, em 14/07/2023, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karima Batista Kassab Coelho, Assessor-Chefe**, em 14/07/2023, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denisse Dias Rosas Ribeiro, Secretário de Polícia Judicial**, em 14/07/2023, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lener Taplion Silva Azevedo, Assessor-Chefe**, em 14/07/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Santana da Silva, Secretário de Auditoria Interna - Em Substituição**, em 14/07/2023, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Irber, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 14/07/2023, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 14/07/2023, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natália de Mattos Lambert Soares, Secretário de Comunicação Social**, em 17/07/2023, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando do Amaral Freitas, Assessor-Chefe**, em 18/07/2023, às 19:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Petcov, Chefe de Gabinete**, em 21/07/2023, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 24/07/2023, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia Helena Canfield Pereira, Assessor-Chefe**, em 25/07/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Cristina Moreira de Jesus, Chefe de Gabinete**, em 26/07/2023, às 19:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3587033** e o código CRC **A542E534**.